



Brasil

E O GEF:

UMA PARCERIA TRANSFORMADORA

INTRODUÇÃO

Carlos Manuel Rodríguez, CEO e presidente do Fundo Global para o Meio Ambiente

O Brasil tem sido um parceiro importante do Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environmental Facility - GEF*) há décadas. Na verdade, o GEF é praticamente carioca — natural da cidade do Rio de Janeiro. O GEF foi fundado na véspera da Cúpula da Terra realizada no Rio em 1992 e o Brasil tem sido um parceiro e colaborador próximo desde então. Projetos nos vários ecossistemas brasileiros ajudaram a moldar o GEF à medida que ele evoluiu de um pequeno programa piloto para um fundo multilateral que busca catalisar mudanças transformadoras no comportamento de pessoas, governos e empresas.

O GEF investiu mais de US\$ 1,2 bilhão no Brasil em 133 projetos nos últimos 30 anos e ajudou a trazer mais US\$ 5 bilhões em cofinanciamento (ver Tabela 1). Nesse período, empregamos uma série de estratégias, desde o foco em áreas específicas, como conservação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, manejo sustentável da terra, cidades sustentáveis, águas costeiras, marinhas e internacionais, até projetos amplos e intersetoriais que buscam solucionar a causa raiz dos desafios ambientais e de desenvolvimento.

A importância global do Brasil para a proteção da natureza, da qual depende metade do PIB mundial, e para fornecer meios de subsistência sustentáveis e resilientes e segurança alimentar para as pessoas não pode ser subestimada.



O país ostenta uma biodiversidade extraordinária, a maior floresta intacta da Terra, mais de 7.000 km de costa, vastos recursos naturais e uma população diversa e com alto nível de escolarização que o torna uma potência econômica. Ao mesmo tempo, o Brasil deve enfrentar as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a poluição química e a pressão sobre florestas, terras, oceanos e vida selvagem que ameaçam minar o desenvolvimento humano, os meios de subsistência e a justiça social.

Os desafios enfrentados pelo Brasil são, em muitos aspectos, um microcosmo dos desafios enfrentados pelo planeta como um todo. Juntamente com o GEF, o Brasil está bem posicionado para demonstrar o enorme potencial de transição para uma economia positiva para a natureza, para enfrentar os causadores da destruição ambiental e promover mudanças transformadoras nos sistemas de alimentação, uso da terra, energia, questões urbanas e outros sistemas importantes que formam o planeta.

O Brasil tem sido um líder regional e global em uma série de áreas importantes que juntas demonstram a necessidade e o enorme potencial de transição para uma economia verde. Em uma área em particular, no entanto, o Brasil tem sido, sem dúvida, o líder mundial.

Em 1998, o governo brasileiro surpreendeu o país e o mundo com um anúncio ousado: O Brasil reservaria 10% de suas florestas para áreas protegidas, um compromisso de 25 milhões de hectares, cerca de metade do tamanho da França, a maior parte de floresta tropical na Amazônia.

Essa promessa preparou o terreno para o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, ou ARPA, o mais ambicioso programa de conservação de florestas tropicais já realizado. Desde então, o ARPA se tornou um marco para o GEF e demonstrou as interconexões entre proteção da biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas, prestação de serviços ecossistêmicos e segurança econômica para os povos da região amazônica.



Foto Gustavo Fonseca/GEF

Nenhuma discussão sobre o ARPA, o Brasil e o GEF estaria completa sem o reconhecimento do papel desempenhado por Gustavo A. B. da Fonseca, antigo Diretor de Programas do GEF, falecido em agosto de 2022. Nascido em Minas Gerais, Gustavo tornou-se figura de destaque no mundo da conservação por mais de 30 anos. Treinou, contratou e trabalhou com centenas de conservacionistas, muitos deles do Brasil, e foi um fervoroso defensor do ARPA e de outros espaços protegidos para a biodiversidade em todo o mundo. Mais do que isso, Gustavo foi fundamental para direcionar o GEF para projetos e programas integrados destinados a deter os vetores da degradação ambiental.

O legado de Gustavo viverá na vibrante parceria entre o GEF e o Brasil. A primeira expressão tangível desse legado é o estabelecimento do novo programa Gustavo Fonseca Youth Conservation Leadership para apoiar a educação de jovens conservacionistas promissores de países em desenvolvimento que têm um papel fundamental na realização de mudanças futuras. O GEF está muito comprometido em apoiar suas pesquisas, estudos, desenvolvimento profissional e liderança, e o programa incluirá bolsas de estudo na área de conservação, doações para trabalhos de campo sobre biodiversidade, prêmios para participação em eventos internacionais sobre conservação e um simpósio de conservação global recorrente reunindo jovens líderes ambientalistas.

BENEFÍCIOS AMBIENTAIS GLOBAIS



RESULTADOS

Os projetos aprovados na última década apresentaram resultados reais importantes:

- **22,4 milhões** de hectares de áreas terrestres protegidas criadas ou com manejo melhorado
- **178,4 milhões** de toneladas de emissões de gases de efeito estufa mitigadas

RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados dos projetos em andamento aprovados desde 2014 incluem:

- **13,4 milhões** de hectares de áreas marinhas protegidas criadas ou com manejo melhorado
- **112,3 mil hectares** de terras e ecossistemas sendo restaurados
- **15,2 milhões de hectares** de paisagens com práticas melhoradas
- **25 mil** toneladas de produtos químicos de preocupação global e seus resíduos reduzidos
- **21,3 milhões** de pessoas beneficiadas com investimentos do GEF, das quais **10,6 milhões** são mulheres



UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT

Rio de Janeiro 3 – 14 June 1992



HISTÓRIA
DA RIO-92
E DO GEF

Quando representantes de todo o mundo se reuniram no Rio em junho de 1992 para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, eles começaram o processo de apresentar, pela primeira vez de forma global, inclusiva e sistemática, a ideia de que a humanidade tinha se colocado em um caminho de desenvolvimento que não poderia mais ser sustentado. A Cúpula da Terra lançou o debate sobre como seria o caminho alternativo. Esse debate continua acontecendo com a mesma paixão e relevância. O Brasil e o GEF permanecem no centro, e o relacionamento contínuo entre eles demonstrou o impacto e a eficácia da colaboração global.

O Brasil e o GEF continuam no centro do debate sobre como deveria ser o caminho de desenvolvimento alternativo.

A Cúpula da Terra ocorreu em um momento em que os termos rotineiramente usados hoje para descrever e argumentar sobre o meio ambiente

global estavam apenas sendo cunhados. Enquanto os negociadores esboçavam o que se tornaria a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ideias sobre emissões de CO₂ e elevação do nível do mar estavam apenas entrando na linguagem cotidiana. “Biodiversidade” ainda era uma palavra nova para a maioria, mesmo próximo ao encerramento da Convenção sobre Diversidade Biológica. Poucas pessoas sabiam o que significava “desertificação” e menos ainda a entendiam como um problema iminente que exigia ação internacional.

Com os tratados internacionais sobre mudanças climáticas e biodiversidade finalizados na conferência do Rio, o ônus financeiro para as nações em desenvolvimento só aumentaria. Havia claramente a necessidade de um mecanismo de financiamento novo e robusto. Apenas alguns meses antes da conferência, em uma situação que passou despercebida — nenhum jornal noticiou a respeito, não houve coletiva ou comunicado à imprensa — representantes de governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, reunidos em Washington, DC, após intenso debate conferiram esse papel a um programa piloto reestruturado que havia sido iniciado no Banco Mundial no ano anterior, chamado Fundo Global para o Meio Ambiente.

As características definidoras do GEF foram desenhadas no Rio, e a parceria do GEF com o Brasil definiu de forma importante a organização. A preocupação central, na época como agora, era como ajudar o Brasil e outros países em desenvolvimento a cumprir seus compromissos com as Convenções. Essa preocupação transformou-se em uma pergunta: De onde virá o financiamento quando um país em desenvolvimento arcar com os custos da proteção ambiental, cujos benefícios não virão apenas para o país, mas para toda a comunidade global? Surgiu um consenso de que o GEF deveria financiar os custos adicionais ou incrementais associados à transformação de um projeto com benefícios nacionais em um com benefícios ambientais globais. Nenhum outro mecanismo de financiamento assumiu esse desafio e ele continua sendo parte vital da transição para uma economia verde no Brasil e no mundo.

A crescente sofisticação do GEF desde a sua criação não ocorreu isoladamente, mas como resultado de sua longa experiência em lugares como o Brasil, que oferecem evidências tangíveis de como a saúde e o bem-estar humanos dependem profundamente de ecossistemas saudáveis e dos limites até os quais podemos explorar esses sistemas antes que entrem em colapso. Esse entendimento

levou a novas formas de pensar sobre como projetar e implementar programas amplos e esforços nacionais concentrados.

A outra constante no trabalho do GEF tem sido o reconhecimento da contínua relevância e utilidade da área protegida como ferramenta para a conservação da biodiversidade. As áreas protegidas funcionam, como mostra o compromisso de longa data do Brasil com a proteção da Amazônia. No Brasil, como em outros lugares, as áreas protegidas representam o núcleo de sua infraestrutura ecológica nacional e podem até se tornar vetores locais para o desenvolvimento sustentável. À medida que o GEF continua a evoluir, o desafio será fortalecer a capacidade dos governos e comunidades de identificar áreas protegidas em um cenário amplo e entender o que deve ser protegido, o que pode ser usado e como ambos podem ser feitos de forma sustentável. Os trabalhos do GEF no Brasil estão interligados não apenas com a UNFCCC e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), as duas convenções assinadas na Rio-92, mas com as três que se seguiram desde então — a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes e a Convenção de Minamata sobre Mercúrio — e o GEF continua sendo o único

mecanismo de financiamento a desempenhar esse papel em várias convenções. O longo envolvimento do GEF com as convenções do Rio permitiu que fizesse investimentos integrados no manejo florestal sustentável, e o Brasil é um dos melhores exemplos de como podem-se alcançar múltiplos benefícios por meio da integração dos objetivos de biodiversidade, mudanças climáticas e degradação da terra.

O trabalho do GEF no Brasil revela como o debate está mudando seu foco dos sintomas e efeitos da degradação ambiental para suas causas fundamentais e a necessidade de mudanças nos sistemas. **O Brasil tem sido vital para esse entendimento e continuará a moldar a forma como o GEF promove mudanças transformadoras em tudo o que faz.**

UMA PARCERIA TRANSFORMADORA

O GEF tem apoiado projetos inovadores e ambiciosos no Brasil que criaram novas oportunidades e melhoraram vidas. O Brasil utiliza recursos do GEF estrategicamente há mais de três décadas (ver Anexo 1, figura 1) e trouxe mudanças duradouras e transformadoras em três áreas principais: **criação de instituições duradouras; elaboração de políticas eficazes que ofereçam benefícios às comunidades naturais e humanas; e estabelecimento de áreas protegidas que forneçam abrigo para espécies e ecossistemas críticos e ameaçados.** Os impactos dessas mudanças foram sentidos muito além do ciclo típico do projeto e, em muitos casos, desencadearam ações nas esferas local, estadual e federal que repercutiram em todos os setores e na geografia diversa do Brasil.

TRANSFORMANDO INSTITUIÇÕES

Ajudar a criar instituições fortes e dinâmicas que promovam soluções inovadoras para desafios ambientais complexos tem sido um elemento central do trabalho do GEF no Brasil desde o início. Entre os primeiros projetos do GEF, havia dois no Brasil voltados para instituições e que continuam sendo essenciais para os trabalhos de conservação e desenvolvimento do país: o **Projeto Nacional de Biodiversidade (PROBIO)**¹, e o **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)**.²

¹ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/58>

² <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/126>

Mesmo antes da Cúpula da Terra em 1992, o GEF estava desenvolvendo o **PROBIO** dentro do recém-criado Ministério do Meio Ambiente para ajudar o Brasil a definir prioridades em nível de bioma para a conservação da biodiversidade e a desenvolver uma estratégia nacional de biodiversidade, estabelecer uma rede nacional de informações sobre biodiversidade e financiar projetos modelo de biodiversidade envolvendo várias combinações de organizações dos setores público e privado. O **PROBIO** também auxiliou o Governo na elaboração da Lei Nacional da Biodiversidade e na criação da Diretoria de Biodiversidade e Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O PROBIO, um projeto de US\$ 10 milhões implementado pelo Banco Mundial, definiu 900 Áreas Prioritárias para a

Conservação da Biodiversidade nos biomas brasileiros por meio de um processo multidisciplinar e participativo. Essas áreas prioritárias foram amplamente adotadas em todo o país e em diversos setores (órgãos federais, ONGs, instituições acadêmicas e setor privado). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Serviço Florestal Brasileiro incorporaram essas áreas em seus processos de planejamento e o IBAMA as utiliza como base para a criação de novas áreas de proteção em todo o país.

O governo se comprometeu a atualizar as áreas a cada 10 anos. A Agência Nacional do Petróleo adotou oficialmente as áreas prioritárias em suas diretrizes para o licenciamento da exploração de petróleo, e já foram lançados dois editais com base nessas diretrizes. O PROBIO fortaleceu a comunidade de

pesquisa científica no Brasil, desempenhando um papel reconhecido como fundamental no incentivo à pesquisa e disseminação de informações sobre a biodiversidade brasileira e estratégias de conservação.

Paralelamente ao desenvolvimento do PROBIO, o GEF e o governo brasileiro estabeleceram o FUNBIO como uma nova instituição independente para implementar a CDB no Brasil e servir como um catalisador de mecanismo financeiro ágil, sustentável e inovador para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Orientado por ONGs, setores acadêmico, empresarial e governamental, o FUNBIO, um projeto de US\$ 20 milhões implementado pelo Banco Mundial, funciona como parceiro estratégico para a iniciativa privada e órgãos públicos estaduais e federais, viabilizando investimentos socioambientais de empresas



Foto Christian Hofer/GEF

e reduzindo e mitigando os impactos das empresas no meio ambiente. Na esfera pública, o FUNBIO auxilia na consolidação de políticas de conservação e na viabilização de programas de financiamento ambiental.

O FUNBIO tornou-se executor de projetos do GEF e, em 2015, uma de suas agências implementadoras. O fundo já desembolsou mais de US\$ 600 milhões para quase 300 projetos em todos os biomas do Brasil e é uma prova da longevidade dos resultados do GEF e da capacidade de identificar iniciativas duradouras.

A área de Águas Internacionais do GEF tem sido fundamental para fortalecer a capacidade

institucional no Brasil e países vizinhos. O GEF investiu US\$ 13,3 milhões com o Banco Mundial³ e, mais recentemente, com uma doação de US\$ 4,8 milhões da CAF⁴ na proteção do **Sistema do Aquífero Guarani**, uma reserva vital de água doce que atende cerca de 90 milhões de pessoas no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Devido ao aumento do consumo de água, às incertezas das mudanças climáticas e à ausência de uma estrutura de gestão regional, os países buscaram a assistência do GEF para desenvolver um plano abrangente para a proteção sustentável do aquífero.

³ [GEF ID 974](#)

⁴ [GEF ID 10139](#)

Por meio da Análise Diagnóstica Transfronteiriça do GEF⁵ e do Programa de Ação Estratégica, os países estabeleceram uma visão compartilhada e adotaram ações estratégicas para o manejo de longo prazo do aquífero.⁶ Esse esforço também aumentou a conscientização entre as partes interessadas, facilitou a criação de comitês nacionais e levou a reformas que promovem a colaboração intersetorial. Em 2010, os países do aquífero assinaram o histórico Acordo sobre o Aquífero Guarani,⁷ marcando o primeiro acordo transfronteiriço de gestão

5 <https://iwlearn.net/resolveuid/81988aa912c2f9844b25cbb1d4594b0e>

6 <https://www.oas.org/DSD/WaterResources/projects/Guarani/SAP-Guarani.pdf>

7 <https://faolex.fao.org/docs/pdf/mul-143888English.pdf>

do aquífero da América Latina. Um novo projeto do GEF apoia a implementação de ações prioritárias e a operacionalização do Acordo Guarani.

O Brasil é um país altamente urbanizado, 85% da população vive nas cidades. O processo de desenvolvimento urbano criou diversos desafios, como a ampliação urbana, que está levando à perda da rica biodiversidade, aumento da emissão de gases de efeito estufa e vulnerabilidade dos cidadãos aos impactos das mudanças climáticas. Para apoiar a **transformação urbana sustentável**, o GEF vem colaborando com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e prefeituras de cinco cidades (Brasília, Recife, Belém,

Teresina e Florianópolis) no planejamento urbano integrado, investindo em soluções de sustentabilidade, desenvolvendo opções inovadoras de financiamento e criando ferramentas e conhecimento para orientar políticas e planos de desenvolvimento urbano.

Por exemplo, por meio do GEF-6 IAP Cidades Sustentáveis no Brasil,⁸ um projeto de US\$ 22,6 milhões implementado pelo PNUMA, o GEF ajudou o Governo do Distrito Federal a estabelecer uma sala de controle do Sistema de Informações Ambientais, que é uma plataforma de planejamento integrada baseada em sistema de informações geográficas

8 <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/9142>

que utiliza os mais recentes aplicativos de tecnologia digital e fornece evidências e dados para desenvolver políticas e planejar investimentos para o desenvolvimento urbano sustentável, de baixo carbono e resiliente ao clima. Da mesma forma, em Recife o projeto vem apoiando a prefeitura por meio de um Sistema de Gestão Integrado Georreferenciado que está ajudando a cidade a desenvolver um planejamento urbano integrado e resiliente e identificar soluções de sustentabilidade. Esses sistemas e ferramentas não apenas fortalecem a capacidade dos governos nacionais e municipais, mas também apoiam a Plataforma Nacional Cidades Sustentáveis, que envolve mais de 300 cidades brasileiras.

O sucesso inicial do GEF-6 IAP incentivou o Brasil a aderir ao GEF-7 IP Cidades Sustentáveis,⁹ um projeto de US\$ 12,5 milhões implementado pelo PNUMA, que fornece apoio técnico adicional ao governo federal e às prefeituras de Belém, Teresina e Florianópolis em planejamento urbano e apoia políticas inovadoras. Por exemplo, o projeto está trabalhando para atualizar as leis e regulamentos locais em Belém e Teresina, para aprimorar a governança e gestão das regiões metropolitanas e para desenvolver diretrizes de macrozoneamento socioambientais em Florianópolis.

9 <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10465>

Fortalecer a capacidade das instituições e apoiar políticas eficazes estão no centro da colaboração GEF-Brasil para cidades sustentáveis.

POLÍTICAS TRANSFORMADORAS

○ GEF adotou uma abordagem intersetorial para as políticas no Brasil, com investimentos e atividades em diferentes setores, como agricultura, saúde e energia.

Como resultado da atuação do GEF, diversos setores econômicos hoje incorporam critérios de biodiversidade em seus planos e políticas.

Na agricultura, o GEF apoiou a criação do **Programa Agricultura de Baixo Carbono** em 2010, que busca consolidar a agricultura brasileira com base em sistemas produtivos sustentáveis e resilientes. O programa promove a agricultura sustentável por meio de estratégias de adaptação e mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Outros objetivos incluem contribuir para os compromissos internacionais de redução de GEE; garantir a melhoria contínua de práticas agrícolas que reduzam as emissões de GEE e aumentem o armazenamento de carbono

na vegetação e no solo; incentivar a adoção de estratégias que aumentem a proteção ambiental de plantas e sistemas produtivos, gerando renda para comunidades rurais vulneráveis; e apoiar esforços para reduzir o desmatamento pela pecuária e agricultura nos biomas da Amazônia e Cerrado.

O GEF apoiou a elaboração e adoção de uma **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** pelo Ministério da Agricultura em 2012. Essa política promove, amplia e consolida processos relativos



Foto SGP/GEF

ao acesso, uso sustentável, gestão, manejo, restauração e conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas em geral, com metas e iniciativas diretamente relacionadas aos temas de recursos genéticos, biodiversidade, extração e conservação de recursos naturais.

Por meio do **Projeto Consórcios de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo-Vertentes** do GEF,¹⁰ um projeto de quase US\$ 25 milhões implementado pelo Banco Mundial no GEF-7, os produtores rurais recebem apoio para agricultura sustentável, recuperação da terra e envolvimento com o setor privado por meio de cadeias de valor de *commodities* com fornecimento responsável de *commodities* e maior vínculo com mercados sustentáveis. É importante ressaltar que o projeto conecta dois principais atores do setor privado, agricultores e fornecedores de *commodities* com os comerciantes das *commodities* nas cadeias de valor da pecuária de corte e da soja por meio de agricultura sustentável, conservação da biodiversidade e restauração de recursos naturais nas áreas degradadas do sul do Cerrado. Esse engajamento entre os principais participantes do setor privado desempenha um papel fundamental na implementação e consolidação de um modelo de negócios socioambientais que traga rastreabilidade sem desmatamento, restaurando terras degradadas e integrando esforços sustentáveis de produtores de soja e gado de corte em seus sistemas de produção.

Esses esforços são ampliados ainda mais por meio da participação do Brasil no programa de impacto do GEF de **Sistemas Alimentares, Uso da Terra e Restauração (FOLUR)**,¹¹

¹⁰ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10468>

¹¹ <https://www.thegef.org/newsroom/publications/food-systems-land-use-and-restoration-impact-program>

que promove paisagens sustentáveis e integradas, valor alimentar eficiente e cadeias de abastecimento em escala. O FOLUR apoia uma abordagem sistêmica que reúne estratégias e partes interessadas por meio de intervenções horizontais (com participantes nas áreas de paisagens, reforma de políticas, fortalecimento da governança etc.) e dimensões verticais (valor dos alimentos e compromissos e financiamento da cadeia de suprimentos). O programa de impacto FOLUR é baseado em uma coalizão global que envolve as principais partes interessadas nos principais sistemas alimentares e cadeias de abastecimento, incluindo plataformas existentes, como a coalizão de Alimentos e Uso da Terra (FOLU), a *Tropical Forest Alliance*, o *Consumer Goods Forum* e outros, para trabalhar coletivamente com os países para alcançar a sustentabilidade.

A **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**, voltada para pesquisa e tecnologia, firmou parceria com o Ministério do Meio Ambiente para incorporar políticas de saúde e vigilância ambiental em seus planos e políticas. A FIOCRUZ incluiu a pesquisa e conservação da biodiversidade em seus estatutos e, em 2014, criou um Centro de Informações sobre Saúde da Vida Silvestre que divulga informações sobre as inter-relações entre biodiversidade e saúde, ajuda na detecção de doenças em animais silvestres antes que afetem os seres humanos e promove o monitoramento da circulação de patógenos por meio de uma ferramenta online de registro de observações de campo por meio de dispositivos móveis de comunicação disponível para qualquer pessoa — agricultores, guias de ecoturismo, turistas, observadores de pássaros,



Foto SGP/GEF

além de cientistas e técnicos. A FIOCRUZ foi designada como centro colaborador da Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde em assuntos relacionados ao meio ambiente e saúde e é membro científico da CDB.

Em energia, o GEF auxiliou o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia na realização de **estudos hidroecológicos nas bacias dos rios Tapajós e Juruena** para orientar as decisões relativas a empreendimentos hidrelétricos como subsídio aos processos de licenciamento ambiental. Os estudos identificaram áreas críticas para a conservação da biodiversidade nas bacias hidrográficas e propuseram atividades para manter a conectividade dos rios. Algumas das áreas foram incorporadas a novas Áreas Protegidas e áreas prioritárias para restauração de ecossistemas do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia.

O GEF também forneceu apoio ao **Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena** para estabelecer uma política comprovada e oficialmente reconhecida para a gestão ambiental em Terras Indígenas visando a conservação efetiva e uso sustentável da biodiversidade florestal. O projeto adaptou o Plano Nacional de Áreas Protegidas existente para atender às necessidades socioambientais das terras indígenas. Além disso, o GEF ajudou a realizar

atividades de manejo étnico, disseminação de informações sobre as atividades do projeto e treinamentos de membros da comunidade sobre atividades sustentáveis em 32 terras indígenas de cinco biomas florestais em todo o país.

O GEF tem sido fundamental no desenvolvimento de um roteiro para ação coletiva em 26 países dos Grandes Ecossistemas Marinhos da Plataforma do Caribe e do Norte do Brasil. Por meio de três projetos do GEF com o PNUD, totalizando quase US\$ 35 milhões desde 2008,¹² o GEF produziu três Análises de Diagnóstico Transfronteiriço¹³ e desenvolveu um abrangente Programa de Ação Estratégica¹⁴ de dez anos que aborda questões como a degradação do habitat marinho, pesca não sustentável, poluição marinha, mudanças climáticas e problemas de governança. Os projetos do GEF desempenharam um papel crucial na implementação do PAE e no fortalecimento da coordenação regional, fomentando o diálogo intersetorial sobre a governança dos oceanos entre os países da região para apoiar a conservação contínua e a utilização sustentável dos valiosos recursos da região.

O **portfólio de produtos químicos e resíduos** está evoluindo no Brasil. Dois projetos

¹² [GEF ID 1032](#), [GEF ID 5542](#), [GEF ID 10800](#)

¹³ https://www.clmeproject.org/download/regional_tda/

¹⁴ <https://www.clmeproject.org/download/sap/>



completos no âmbito da Convenção de Estocolmo abordam a eliminação de PCBs. O primeiro projeto de PCB buscou desenvolver a capacidade do Brasil de gerenciar e descartar PCB em óleo, equipamentos contendo PCB e outros resíduos de PCB de maneira sustentável para cumprir de forma oportuna os requisitos da Convenção de Estocolmo para gestão de PCB e minimizar o risco de exposição de PCB à população e ao meio ambiente.¹⁵

Este projeto de US\$ 4,7 milhões implementado pelo PNUD apoiou a criação de uma Resolução Nacional para a gestão de PCB, quatro diretrizes técnicas e um plano de gestão de PCB e programa de treinamento nacional. Além disso, o projeto apoiou a geração de dados de equipamentos contaminados com PCB e sua rotulagem e implementou pilotos de demonstração para eliminação de PCBs. A participação de empresas públicas e privadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica foi parte essencial do projeto, uma vez que foram as principais beneficiárias dos resultados e das atividades do projeto. Na sua conclusão em 2018, o projeto relatou a eliminação de 11.000 toneladas métricas de PCBs.

Um projeto do GEF-7 visa **descartar mais 15.000 toneladas métricas de PCBs**.¹⁶

¹⁵ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/3282>

¹⁶ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10368>

O projeto de US\$ 9,7 milhões executado pelo PNUD já formalizou a estrutura da Unidade de Coordenação Federal dentro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Além disso, ao contratar um serviço especializado, desenvolveu uma campanha digital de conscientização, que contactou mais de 3100 representantes do setor privado. Esse trabalho possibilitou a identificação de uma empresa nacional com capacidade para implementar uma nova tecnologia de destruição de PCBs no país. Além disso, como parte da estratégia de engajamento do projeto, o projeto estabeleceu canais formais de comunicação com as principais secretarias de meio ambiente dos governos estaduais.

No âmbito da Convenção de Minamata, o GEF desenvolveu um projeto multinacional no Brasil que **aborda o uso de mercúrio na bacia do rio Putumayo-Içá na região amazônica**.¹⁷ O projeto de US\$ 12,8 milhões implementado pelo Banco Mundial busca fortalecer as condições propícias para que os países participantes gerenciem os ecossistemas de água doce compartilhados da bacia, incluindo a fase de atividades de mineração na bacia do rio e a transição da mineração para meios de subsistência sustentáveis.

¹⁷ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10531>

TRANSFORMANDO ÁREAS PROTEGIDAS

A importância da Amazônia para o meio ambiente e o desenvolvimento do Brasil e do mundo já era clara muito antes da Cúpula da Terra em 1992 e só aumentou nas décadas seguintes. Apesar dos longos períodos de desmatamento, o tamanho da Amazônia continua surpreendente. Só no Brasil, a Amazônia Legal — uma área que abrange a totalidade ou parte de nove estados — ocupa mais de quatro milhões de quilômetros quadrados de terra, uma área que a tornaria o sétimo maior país do mundo.

Essa vasta extensão contém aproximadamente 30% da floresta tropical úmida remanescente do planeta e estima-se que contenha 120 bilhões de toneladas de estoque de carbono.

O envolvimento do GEF na Amazônia começou com foco na construção de capacidade institucional e sustentabilidade financeira para ajudar o Brasil e outros países da bacia do Amazonas a administrar sistemas nacionais de áreas protegidas. À medida que essa capacidade cresceu, o GEF



ampliou sua estratégia de investimento para apoiar o manejo sustentável de paisagens de produção fora da propriedade formal da área protegida. O GEF e seus parceiros brasileiros reconheceram que garantir a conectividade ecossistêmica e a resiliência socioecológica na Amazônia exigia o manejo de paisagens de forma mais integrada, onde as áreas protegidas e as áreas de produção fizessem parte de um mosaico de uso da terra que apoiasse o desenvolvimento econômico sustentável e a integridade do ecossistema. Este foco incluiu o manejo de ecossistemas transfronteiriços compartilhados terrestres e de água doce.

O GEF lançou vários programas importantes de áreas protegidas no Brasil: o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA),¹⁸ o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo, iniciado em 2002; o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (PSA);¹⁹ e o Programa Integrado Amazônia, Congo e Biomas Florestais Críticos.²⁰ O **Programa Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas** do GEF teve uma contribuição considerável para aumentar a cobertura de áreas marinhas protegidas

— de 1,5% para 26,3%, e o PRÓ-ESPÉCIES,²¹ projeto de US\$ 13,4 milhões implementado pelo FUNBIO, é dedicado a reverter o declínio das 300 espécies mais ameaçadas de extinção no Brasil.

O GEF, em parceria com o PNUMA e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, apoia a Bacia do Rio Amazonas desde 2010 por meio de dois projetos que totalizam US\$ 19 milhões.²² As atividades iniciais tiveram seu foco no fortalecimento da cooperação entre os oito países da Amazônia por meio do processo de Análise Diagnóstica Transfronteiriça²³ e do Programa de Ação Estratégica,²⁴ resultando no endosso por parte de todos os países da primeira estratégia regional de manejo da água em toda a bacia em 2017. Um segundo investimento em 2020 tem apoiado a implementação da estratégia para fortalecer a capacidade nacional e a governança regional para a gestão integrada dos recursos hídricos, melhorar a adaptação às mudanças climáticas e garantir dados regionais sólidos para melhorar a tomada de decisões e a coordenação da fonte ao mar.

¹⁸ <https://www.thegef.org/publications/amazon-region-protected-areas-program-arpa>

¹⁹ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10749>

²⁰ https://www.thegef.org/sites/default/files/2023-05/GEF_IP_RainforestSystems_2023_05.pdf

²¹ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/9271>

²² GEF ID 2364, GEF ID 9770

²³ <https://iwlearn.net/documents/28083>

²⁴ <https://iwlearn.net/documents/28088>

ARPA

Perto da fronteira do Brasil com o Suriname e a Guiana Francesa, faixas intermináveis de verde são pontuadas por grandes afloramentos de granito que se elevam milhares de metros acima do dossel da floresta. Este é o Planalto das Guianas, uma das ecorregiões com maior biodiversidade da Terra e uma das mais remotas. Em 2002, essa área tornou-se um marco para a conservação com a criação do Parque Nacional do Tumucumaque, o maior parque nacional de floresta tropical do mundo, um dos maiores sucessos público do ARPA.

No início do ARPA, os trabalhos para coordenar e implementar políticas ambientais na Amazônia brasileira estavam defasados há anos. A extensão da Bacia Amazônica, a falta de capacidade administrativa e de recursos, os poderosos interesses florestais e de mineração e a pobreza na região historicamente frustraram as reformas regionais e nacionais. O ARPA veio para mudar significativamente essa situação e fazê-lo de forma completa e em um prazo relativamente curto.

O ARPA ajudou o Brasil a garantir a abrangência da proteção de sua porção majoritária da Amazônia, aumentando o número de áreas de conservação restritas, melhorando seu manejo e criando novas áreas dedicadas ao uso sustentável dos recursos florestais. Embora as áreas protegidas nem sempre sejam a ferramenta certa para a conservação em todos os contextos,

na Amazônia, proteger grandes áreas contíguas de floresta provou ser eficaz tanto na conservação da biodiversidade quanto na manutenção de serviços ecossistêmicos cruciais,

particularmente reduzindo as emissões de carbono do desmatamento, evitando inundações e erosão do solo, regulando chuvas e temperaturas regionais e talvez até globais.

PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

LEI 11.799 DE 29/10/2008

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Ministério do Meio Ambiente

ACESSO SOMENTE COM AUTORIZAÇÃO

O ARPA estabeleceu assim uma meta ao mesmo tempo simples de afirmar e profundamente difícil de alcançar: **Criar o mais ambicioso sistema nacional de áreas protegidas de florestas tropicais do mundo.** Para ter uma noção da escala do desafio, considere que uma rede de áreas protegidas comparável, o Sistema de Parques Nacionais nos Estados Unidos, está em desenvolvimento há 150 anos, porém tem menos da metade do tamanho das reservas do ARPA e tem sido muito mais caro para criar. Poucos sistemas de áreas protegidas enfrentam os terríveis problemas que o ARPA teve que superar, incluindo a aplicação de leis ambientais em áreas remotas, atendendo efetivamente às necessidades e aspirações da população rural por melhores meios de subsistência e valorizando e financiando atividades de conservação em um cenário mais amplo de exploração contínua de recursos.

Apesar dos obstáculos, o ARPA fez um progresso quase inigualável, criando ou apoiando 120 áreas protegidas em 62,5 milhões de hectares na Amazônia brasileira, que incluem 16 dos 19 ecossistemas florestais da Amazônia brasileira, cinco dos seis ecossistemas aluviais e todos os quatro tipos de savana. Uma análise de 39 das áreas protegidas apoiadas pelo ARPA encontrou mais de 11.400 espécies de plantas e animais, uma amostra significativa e representativa da biodiversidade da região.

Mas apenas a criação de áreas de proteção integral não é suficiente. Cerca de metade das áreas protegidas do ARPA são reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável que beneficiam diretamente as comunidades humanas locais. **O projeto tem sido fundamental na promoção do uso sustentável de recursos naturais associado à proteção de meios de subsistência cultural e socialmente importantes — ajudando assim a evitar que atividades econômicas ainda mais danosas se estabeleçam.** Os ganhos econômicos, por sua vez, contribuem para a prestação de serviços ambientais globais, incluindo a mitigação das mudanças climáticas.

Enquanto o mundo procura proteger a Amazônia como um sumidouro de carbono de relevância global, o ARPA tem sido uma vitrine importante dos tipos de mecanismos necessários para uma ação bem-sucedida. As áreas protegidas são o meio mais econômico de reduzir as emissões de carbono do desmatamento e, portanto, são um investimento sólido que traz múltiplos benefícios. Elas diminuem as emissões a um custo menor do que outras opções, ao mesmo tempo em que geram receita. Estima-se que o lucro econômico da criação e fortalecimento de áreas protegidas chegue a dezenas de bilhões de dólares até 2050, quando se consideram os outros benefícios de deixar as florestas em pé, como prevenção de inundações e erosão do solo, regulação da temperatura e das chuvas, ecoturismo, valores culturais, pesquisa científica, e assim por diante.

O ARPA representa não apenas o maior programa de conservação do mundo em áreas protegidas, mas também um componente crucial de um futuro sustentável para a Amazônia. O projeto demonstrou o valor econômico da biodiversidade e das áreas protegidas.

O ARPA mostrou que a expansão significativa da conservação da biodiversidade não apenas é possível nos trópicos, mas que essa expansão pode fazer parte de esforços mais amplos para incluir a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos nas economias locais e nacionais.

PROGRAMA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA

O Programa PSA é emblemático da evolução do GEF em direção à programação integrada e um carro-chefe do programa SFM do GEF. O Programa e cada um de seus projetos se baseiam em uma clara teoria da mudança, que postula que a proteção da biodiversidade e a integridade e resiliência do bioma da Amazônia podem ser alcançadas se: uma área adequada da Amazônia for conservada de diferentes maneiras (áreas protegidas e terras indígenas); terras agrícolas, degradadas e florestais forem manejadas de forma sustentável e restauradas, com tolerância zero para desmatamento ilegal; políticas e estratégias nacionais apoiarem o desenvolvimento sustentável que minimiza o desmatamento e a perda de serviços ecossistêmicos; e a capacidade e a cooperação regional entre os principais atores forem aprimoradas.

O PSA inclui duas fases. A primeira fase compreende cinco projetos nacionais liderados pelos Ministérios do Meio Ambiente dos países e executados no Brasil, Colômbia e Peru. A segunda fase, um projeto de US\$ 19 milhões implementado pelo Banco Mundial, compreende quatro novos países — Bolívia, Equador, Guiana e Suriname — cada um com um projeto nacional, um novo projeto no Peru e a expansão de dois dos projetos nacionais em andamento no Brasil e na Colômbia.

Programa se baseia no ARPA e nas décadas de trabalho na Amazônia para fortalecer a conservação da biodiversidade, reduzir o desmatamento e melhorar os meios de subsistência da comunidade.

Essas intervenções juntas visam fortalecer a proteção, reduzir o desmatamento e melhorar a conectividade do ecossistema, melhorando assim a integridade dos serviços ecossistêmicos locais, regionais e globais que a Amazônia fornece, incluindo a conservação da biodiversidade, sequestro de carbono e manutenção do ciclo hidrológico.

O PSA fortaleceu o manejo integrado da paisagem e a conservação dos ecossistemas na região amazônica e facilitou a transição de um cenário usual de negócios caracterizado pela conversão da floresta em pecuária de baixa produtividade e outros usos não sustentáveis da terra para paisagens florestais e de água doce manejadas de forma sustentável. O resultado final desse processo seria manter e restaurar a resiliência ecológica da Amazônia.

Um mosaico paisagístico formado por áreas protegidas e territórios indígenas bem administrados, com uso sustentável das paisagens circundantes, conservará a biodiversidade e garantirá a conectividade necessária para que os principais ecossistemas e espécies se adaptem às mudanças climáticas. Agregar mais valor às cadeias de produção madeireiras e não madeireiras (incluindo aquáticas) sustentáveis e fortalecer os serviços ecossistêmicos melhorará a subsistência das comunidades locais e populações indígenas, conservará os principais serviços ecossistêmicos locais, nacionais e globais, reduzindo as emissões globais de GEE, aprimorando a adaptação para eventos extremos provocados por mudanças climáticas e a manutenção dos padrões regionais de precipitação.

O PSA criou e aprimorou a gestão de áreas protegidas, promoveu atividades produtivas e cadeias de valor sustentáveis baseadas na natureza, restaurou terras degradadas e fragmentadas e fortaleceu políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O PSA continua apoiando comunidades, governos e instituições em seus esforços para proteger a região amazônica, visando conectar pessoas e instituições para promover paisagens bem manejadas e conservadas. O PSA apoiará os atuais esforços dos países e os novos compromissos ambientais, incluindo a promessa de conservar pelo menos 30% das terras e águas do planeta até 2030.

PROGRAMA INTEGRADO AMAZÔNIA, CONGO E BIOMAS FLORESTAIS CRÍTICOS

Nos trópicos, as florestas primárias, ou Paisagens Florestais Intactas (PFIs), armazenam mais carbono do que qualquer outra floresta. A Amazônia e a Bacia do Congo são os dois maiores blocos de florestas tropicais do mundo. Essas duas bacias têm importância global para a biodiversidade e o armazenamento de carbono. Elas fornecem meios de vida e subsistência para as comunidades que dependem das florestas e da agricultura para sua sobrevivência.

Estima-se que os ecossistemas florestais absorvam até um terço das emissões antrópicas de gases de efeito estufa, 84% provenientes de florestas antigas e primárias. Essas florestas também são insubstituíveis em termos de biodiversidade e são essenciais para outros serviços ecossistêmicos, Povos Indígenas e comunidades locais. A conservação e o manejo sustentável das PFIs remanescentes tornaram-se cruciais para combater a degradação ambiental global antes que seja tarde demais. As PFIs também são a solução mais barata para as crises gêmeas de mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

As PFIs remanescentes compreendem apenas 20% da área de floresta tropical, e apenas 22% das florestas intactas estão dentro de áreas protegidas. As florestas primárias nos biomas tropicais mais extensos continuam a ser perdidas ou degradadas em um ritmo alarmante devido à agricultura, exploração madeireira, mineração e desenvolvimento de infraestrutura que, por sua vez, são alimentados pela pobreza, incoerência de políticas públicas, governo e capacidade institucional fracos ou expansão industrial.

O objetivo do Programa Integrado Amazônia, Congo e Biomas Florestais Críticos é manter a integridade das florestas primárias tropicais críticas e de importância global. Isso, por sua vez, maximizará os múltiplos benefícios ambientais globais, principalmente relacionados ao carbono e à biodiversidade.

No âmbito global, o programa contribuirá para uma melhor conservação das florestas primárias, fornecendo informações e visibilidade das PFIs nas agendas de clima e biodiversidade. Ele dará atenção especial à sua definição, mapeamento, manejo sustentável e financiamento. Várias plataformas devem ser direcionadas para catalisar o envolvimento de diversas partes interessadas nos níveis global, regional, nacional e local. Isso permitiria as mudanças necessárias nos modelos de governança, políticas, estruturas financeiras, informações e sistemas sociais. Além dos governos, as partes interessadas devem incluir o setor privado e várias plataformas envolvidas na proteção florestal, uso sustentável e finanças.

No âmbito sub-regional, os países serão convidados a trabalhar juntos para aumentar e fortalecer a proteção e governança das PFIs. Eles vão atacar os vetores do desmatamento nos níveis de paisagem e jurisdição. Isso pode incluir, por exemplo, o desenvolvimento de instrumentos de planejamento do uso da terra em vários níveis e a descoberta de formas inovadoras de promover a integração. Além do estabelecimento e melhor manejo de áreas protegidas, o programa considerará outras medidas efetivas de conservação baseadas na área.

Programa de Pequenas Doações no Brasil

O Programa de Pequenas Doações (SGP) está chegando aos 30 anos de implantação no Brasil. Foi o primeiro programa focado no ameaçado bioma Cerrado brasileiro, segundo maior bioma do Brasil depois da Amazônia e um dos ecossistemas de savana com maior biodiversidade do mundo.

Apesar de sua importância ambiental, o Cerrado é uma das regiões menos protegidas do Brasil. As mudanças no uso da terra, nas práticas de manejo dos recursos naturais e nas práticas agrícolas resultaram na perda da biodiversidade e no aumento das emissões de gases de efeito estufa, com impactos devastadores sobre as comunidades que dependem de ecossistemas saudáveis para sua sobrevivência.

O SGP começou a testar e investir em inovações durante sua Fase Piloto, disponibilizando recursos para organizações comunitárias proporem suas próprias soluções para os problemas que enfrentavam, por meio de uma abordagem de baixo para cima que é a marca registrada da SGP. No Brasil,

o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) está implementando o SGP em parceria com o PNUD. O SGP Brasil é um mecanismo de entrega reconhecido que também alavancou recursos de vários outros doadores, como União Europeia, USAID, Fundo Amazônia e Fundação Laudes, adicionando mais US\$ 7,9 milhões em cofinanciamento aos US\$ 11,9 milhões investidos pelo GEF.

Com o apoio do SGP Brasil, a cooperativa Central do Cerrado nasceu há 10 anos. Esta cooperativa visa promover a comercialização sustentável de produtos da biodiversidade de cerca de 30 associações e outras 20 cooperativas apoiadas pelo SGP. Hoje, esse modelo de negócio envolve mais de 10.000 famílias e é uma marca bem conhecida disponível em Brasília e por meio de canais de marketing online populares no Brasil.

Por meio da abordagem de uso sustentável da biodiversidade, o SGP Brasil apoia a conservação de territórios tradicionais e a prestação de serviços ecossistêmicos para a sociedade em geral, ao mesmo tempo em que promove inclusão social, igualdade de gênero,

redução da pobreza e segurança alimentar. Mais de 20.000 famílias foram beneficiadas, com mais de 1.000.000 de hectares de terras sob manejo sustentável.

Mais recentemente, o SGP Brasil, juntamente com as comunidades locais e indígenas, elaborou a estratégia do programa nacional GEF-7²⁵ para ser implementado em quatro paisagens prioritárias. A estratégia visa promover paisagens socioecológicas produtivas e resilientes, onde as doações se concentram na capacitação e empoderamento das comunidades locais e OSCs e na defesa de seus direitos, integrando gênero e promovendo a inclusão social, além do apoio a plataformas de múltiplas partes interessadas para fomentar parcerias e tomadas de decisão inclusivas.

²⁵ <https://www.thegef.org/projects-operations/projects/10122>



Foto SGP/GEF

FINANCIAMENTO DO GEF NO BRASIL

Esta nota descreve o financiamento do Fundo Fiduciário do GEF (GEFTF) no Brasil desde a Fase Piloto até maio de 2023, considerando os dois primeiros Programas de Trabalho do GEF-8 (dezembro de 2022 e junho de 2023). A nota inclui:

- (i) Visão geral
- (ii) Portfólio do Brasil
- (iii) SGP no Brasil
- (iv) Avaliações Finais

VISÃO GERAL

No geral, o Brasil é o segundo maior beneficiário de financiamento cumulativo do GEFTF desde a Fase Piloto até o início do GEF-8, conforme mostrado na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Financiamento do Fundo Fiduciário do GEF por país ao longo do tempo, até maio de 2023

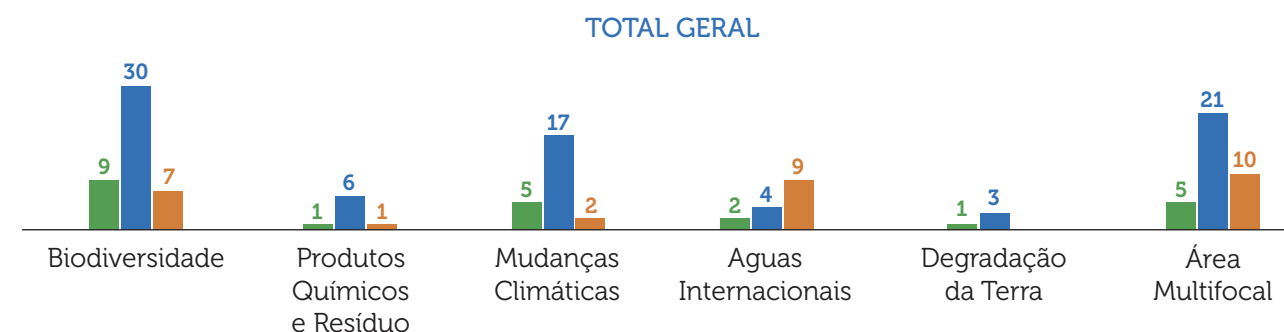
(Os números para o GEF-8 são provisórios, pois aguardam aprovação do 64º Conselho do GEF)

Financiamento Total, em milhões de USD										
Global/Regional/País	Fase Piloto	GEF - 1	GEF - 2	GEF - 3	GEF - 4	GEF - 5	GEF - 6	GEF - 7	GEF - 8	Total Geral
Global/Regional	189	325	584	960	612	908	821	1006	326	5731
China	55	136	169	220	261	310	197	239	18	1605
Brasil	38	26	73	93	112	140	138	114	79	813
Índia	41	35	15	94	149	132	110	111	38	725
México	35	1	145	69	92	113	92	92	54	694
Indonésia	9	52	15	10	42	98	77	104	17	425
Federação Russa	3	60	43	38	124	120	-	-	-	388
Filipinas	50	0	38	51	43	39	34	55	15	326
Colômbia	6	0	24	28	45	58	58	71	30	322
África do Sul	-	13	12	38	41	53	69	58	19	304
Peru	6	4	21	44	32	41	64	52	34	299
Outros países	264	408	690	1149	1186	1660	1621	1818	864	9660
Total Geral	696	1061	1830	2795	2740	3672	3282	3721	1493	21.291

O GEF NO PORTFÓLIO DO BRASIL

Com relação ao portfólio proveniente do GEFTF, o Brasil teve um total de 133 projetos programados até o momento, incluindo 52 projetos globais e regionais dos quais o Brasil é um dos países participantes. O número de projetos do Brasil foi bastante estável do GEF-2 ao GEF-7 com uma média de 18 a 19 projetos por ciclo. Esses números incluem projetos independentes e subordinados aprovados (incluindo o Programa de Trabalho de junho de 2023) no Brasil. Os projetos em biodiversidade representam a maior parcela, com 35% do total de 133 projetos. (Ver Figura 1 abaixo).

Figura 1: Número de projetos independentes e subordinados programados para o Brasil



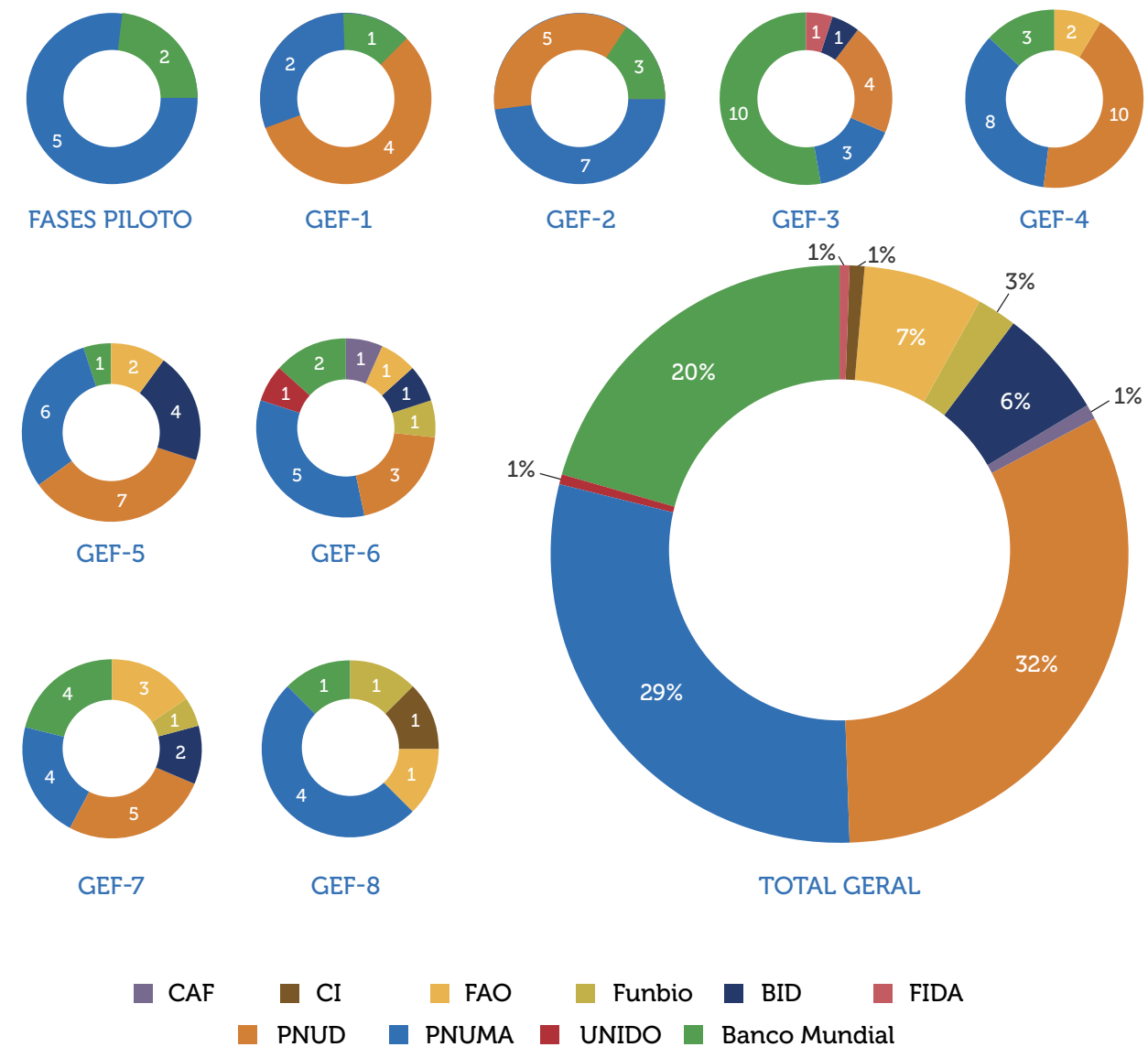
A Tabela 2 abaixo apresenta o financiamento e cofinanciamento do GEFTF para projetos no Brasil (nacional/regional/global) para projetos independentes e subordinados ao longo do tempo. A proporção de cofinanciamento aumentou de maneira constante ao longo das fases de reposição e atingiu 5,69 com os dois primeiros programas de trabalho do GEF-8 (dezembro de 2022 e junho de 2023).

Tabela 2: Financiamento e cofinanciamento do GEF por área focal no Brasil

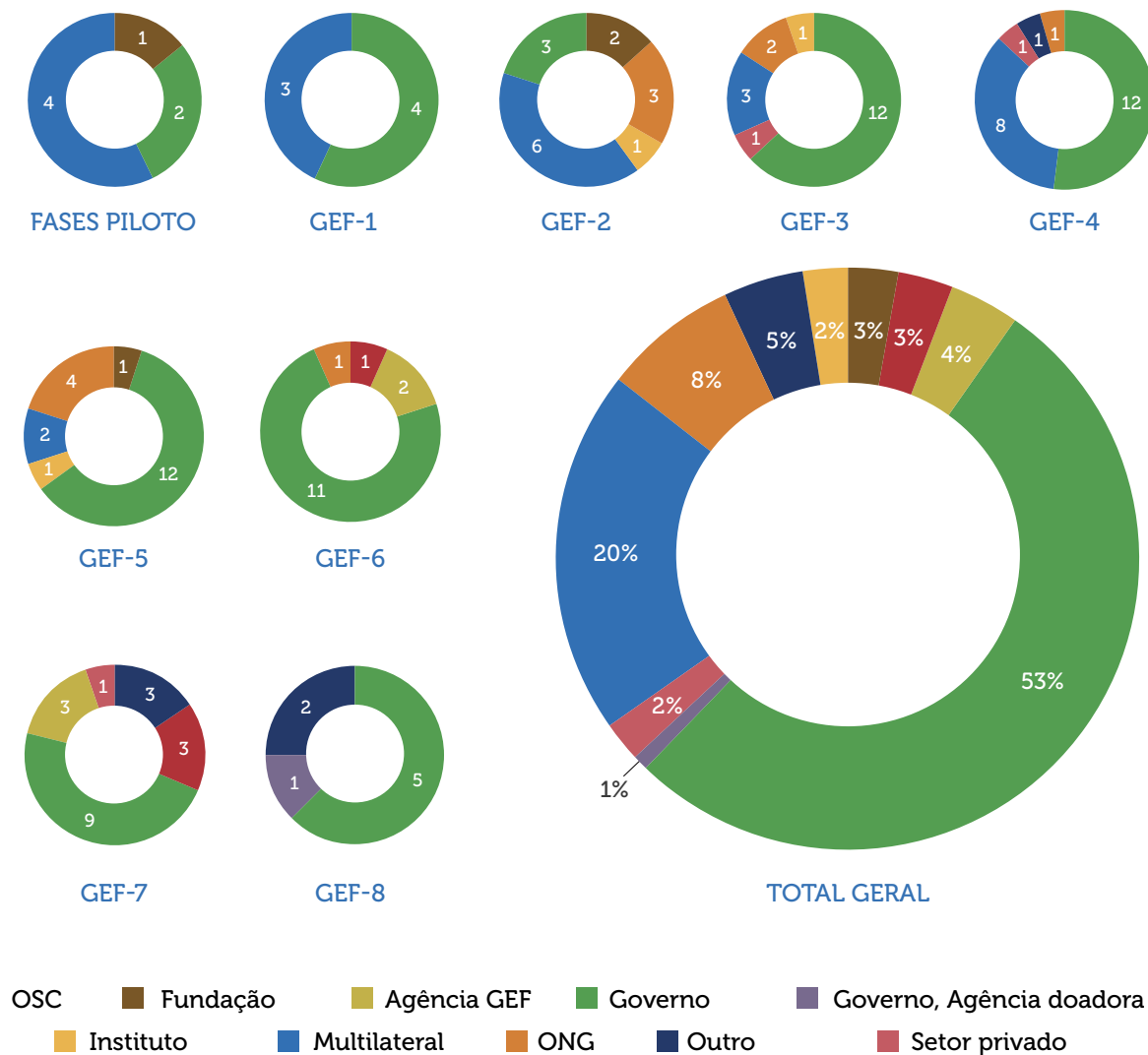
Escopo Geográfico	Fase Piloto		GEF-1		GEF-2		GEF-3		GEF-4	
	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.
Financiamento	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.
Global	8	-	9	8	22	26	1	-	85	111
Biodiversidade	-	-	6	5	6	9	1	-	16	48
Produtos Químicos e Resíduo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Mudanças Climáticas	8	-	3	4	7	3	-	-	-	-
Águas Internacionais	-	-	-	-	8	13	-	-	7	18
Degradação da Terra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Multifocal	-	-	-	-	1	1	-	-	61	45
Nacional	38	10	26	106	73	122	93	187	103	452
Biodiversidade	30	10	1	-	49	85	48	116	52	175
Produtos Químicos e Resíduo	-	-	-	-	-	-	2	1	5	11
Mudanças Climáticas	8	-	25	106	13	9	4	4	35	204
Águas Internacionais	-	-	-	-	11	27	1	1	1	5
Degradação da Terra	-	-	-	-	-	-	15	21	-	-
Área Multifocal	-	-	-	-	-	-	23	44	10	57
Regional	6	-	1	1	18	14	43	177	29	143
Biodiversidade	6	-	-	-	1	-	19	118	-	-
Produtos Químicos e Resíduo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudanças Climáticas	-	-	-	-	-	-	24	59	-	-
Águas Internacionais	-	-	-	-	16	13	-	-	8	48
Área Multifocal	-	-	1	1	1	1	-	-	21	96
Total Geral	52	10	36	115	113	162	136	363	218	707
Taxa de cofinanciamento		0.19		3.17		1.43		2.66		3.25

Escopo Geográfico	GEF-5		GEF-6		GEF-7		GEF-8		Total Geral	
	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.
Financiamento	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.	GEF	Cof.
Global	7	19	3	9	2	-	-	-	137	173
Biodiversidade	3	9	2	1	-	-	-	-	34	71
Produtos Químicos e Resíduo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Mudanças Climáticas	2	9	-	-	-	-	-	-	20	15
Águas Internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	14	31
Degradação da Terra	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-
Área Multifocal	1	1	1	8	-	-	-	-	65	55
Nacional	140	723	138	769	113	674	74	376	799	3,418
Biodiversidade	31	132	21	79	22	124	26	100	281	821
Produtos Químicos e Resíduo	1	2	0	-	12	62	-	-	20	77
Mudanças Climáticas	23	204	8	58	12	1	10	67	138	653
Águas Internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	14	33
Degradação da Terra	4	17	-	-	-	-	-	-	19	38
Área Multifocal	81	368	108	632	67	488	39	209	327	1,796
Regional	25	165	24	176	62	492	15	131	222	1,300
Biodiversidade	-	-	1	1	2	-	-	-	28	119
Produtos Químicos e Resíduo	4	13	-	-	-	-	-	-	4	13
Mudanças Climáticas	-	-	-	-	-	-	-	-	24	59
Águas Internacionais	21	151	2	3	32	297	15	131	94	644
Área Multifocal	-	-	21	172	28	195	-	-	72	465
Total Geral	171	907	165	954	178	1,166	89	507	1,158	4,891
Taxa de cofinanciamento		5.29		5.79		6.56		5.69		4.22

Com relação às Agências Implementadoras, o PNUD responde por 32% do portfólio, seguido pelo PNUMA com 29% e o BM com 20% (Figura 2).



Quanto aos Parceiros Executores, 53% das entidades executoras de projetos independentes e subordinados no Brasil são organizações governamentais, seguidas por 20% de instituições multilaterais. Deve-se observar que 8% do portfólio é executado por ONGs e 3% por OSCs (Figura 3).



SGP NO BRASIL

Do portfólio total do Brasil, os projetos do SGP respondem por apenas uma pequena parcela de 3% dos financiamentos, com um projeto em cada ciclo. Os projetos do SGP dos GEF-1/2/3 usaram recursos do SGP CORE, enquanto os GEF-4/5/7/8 usaram recursos do RAF e STAR do Brasil (ver tabela 3). O SGP Brasil é executado por meio do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), na modalidade de execução por ONG. O Brasil foi atualizado no GEF-5 e o SGP no Brasil:

- apoiou 425 projetos desde 1992 (incluindo 9 subprojetos apoiados por Satoyama e 18 pelo ICCA (iniciativa para subprojetos de Áreas de Conservação Indígenas e Comunitárias) com um valor total de US\$ 11,9 milhões em doações do GEF.
- O ISPN, instituição anfitriã do GEF SGP no Brasil, alavancou mais US\$ 7,9 milhões de cofinanciamento, incluindo do Fundo Amazônia, USAID, Fundação Laudes e União Europeia.

Em termos de Avaliações Finais independentes, a avaliação mais recente é do OP5 e o programa recebeu uma classificação geral altamente satisfatória.

Tabela 3: Projetos do SGP no Brasil

(Esta aprovação total inclui o valor da doação do projeto, taxa da agência, PPF e taxa de PPG)

Financiamento total do SGP no Brasil								
CORE vs. STAR/RAF	GEF-1	GEF-2	GEF-3	GEF-4	GEF-5	GEF-7	GEF-8	Total Geral
SGP CORE	571.443	1.509.831	1.897.303					3.978.578
SGP STAR/RAF				2.399.999	5.400.000	5.000.000	4.000.000	16.799.999
Total Geral	571.443	1.509.831	1.897.303	2.399.999	5.400.000	5.000.000	4.000.000	20.778.577

Avaliações Finais

Em maio de 2023, havia 57 AFs enviadas para projetos financiados pelo GEF no Brasil. No geral, as classificações na faixa Satisfatória dessas 57 AFs representam a maioria das AFs enviadas para projetos nacionais (consulte a tabela 4 abaixo). A AF para o projeto SGP GEF-5 STAR no Brasil também é classificada na faixa Satisfatória.

Visão Geral do Brasil

O perfil do Brasil baseia-se na análise de dados de 57 projetos do GEF concluídos com avaliações finais, que representam US\$ 393,07 milhões em doações do GEF e US\$ 1.118,19 milhões em co-financiamento.

Tabela 4 - Classificação para projetos no país com avaliações finais na faixa Satisfatória

Resultado	Sustentabilidade	Design de M&A	Implementação de M&A	Implementação	Execução
86%	71%	62%	65%	76%	86%



Anexo:

Lista de todos os projetos do GEF no Brasil

Título do Projeto	Fase GEF
Empoderar os Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs) para gerenciar dados e informações sobre a biodiversidade como estratégia para conservar seus territórios, salvaguardar o conhecimento tradicional e promover a gestão integrada da biodiversidade (para aprovação do 64º Conselho)	GEF - 8
Territórios da vida selvagem da biodiversidade (para aprovação do 64º Conselho)	GEF - 8
Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia Brasileira - Fase 3 (para aprovação do 64º Conselho)	GEF - 8
Ecosistema inovador para a circularidade de plásticos, redução do consumo e descarte de plástico de uso único no setor HORECA (para aprovação do 64º Conselho)	GEF - 8
União para a Restauração – Possibilitar a restauração em larga escala por meio da política interna no Brasil (para aprovação do 64º Conselho)	GEF - 8
Promoção de edifícios com emissão zero no Brasil por meio de tecnologias e políticas climáticas (para aprovação do 64º Conselho)	GEF - 8
Conservação da Mata Atlântica por meio do manejo sustentável das paisagens agroflorestais com cacauzeiras	GEF - 8
Estrutura Global de Biodiversidade Suporte para Ação Antecipada (LAC 1)	GEF - 7
Fortalecimento da capacidade institucional e profissional de nível nacional dos países Partes para monitoramento e relatórios aprimorados da UNCCD - GEF 7 EA Umbrella VI	GEF - 7

Fortalecimento do sistema nacional de transparência no Brasil sob o Acordo de Paris (DataClima+)	GEF - 7
Cerrado em pé com geração de renda: a cadeia produtiva de baru como aliada da biodiversidade e dos povos tradicionais	GEF - 7
Desenvolvimento do Plano de Ação Nacional para Mineração de Ouro Artesanal e de Pequena Escala no Brasil	GEF - 7
Quinta Comunicação Nacional, Relatório Bienal de Atualização e Relatórios Bienais de Transparência para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)	GEF - 7
Protegendo e restaurando o Capital natural do Oceano, construindo Resiliência e apoiando Investimentos em toda a região para o desenvolvimento socioeconômico sustentável Azul (PROCARIBE+)	GEF - 7
Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia Brasileira - Fase 2	GEF - 7
Assistência Técnica Regional da Amazônia	GEF - 7
Fortalecendo processos de manejo participativo de recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, a conservação da biodiversidade e a manutenção de estoques de carbono em áreas alagáveis da Amazônia.	GEF - 7
Cooperação transfronteiriça para a conservação, desenvolvimento sustentável e manejo integrado do Pantanal - Bacia do Alto Paraguai	GEF - 7
Gestão Binacional e Integrada de Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras	GEF - 7
Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Putumayo-Içá	GEF - 7
Consórcios Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo - Projeto Vertentes	GEF - 7
Promovendo o planejamento metropolitano integrado e investimentos inovadores em tecnologias urbanas no Brasil	GEF - 7
Programa de Impacto em Cidades Sustentáveis	GEF - 7
Destrução ambientalmente adequada de PCBs no Brasil	GEF - 7
Agtech para inclusão e sustentabilidade: Fundo Regional SP Ventures (Agventures II)	GEF - 7
Programa de Impacto de Sistemas Alimentares, Uso da Terra e Restauração (FOLUR)	GEF - 7
Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia - Fase II	GEF - 7

Projeto Brasil Sustentando Ecossistemas Costeiros e Marinheiros Saudáveis	GEF - 7
Sétima Fase Operacional do Programa de Pequenas Doações do GEF no Brasil	GEF - 7
Fundos de Água: Um Modelo Resiliente de Conservação/Mudança Climática para Bacias sob Estresse Hídrico na América Latina e Caribe	GEF - 6
Preparando o Terreno para a Implementação do Programa de Ações Estratégicas da Bacia do Prata	GEF - 6
AVACLIM: Agroecologia, Garantindo Segurança Alimentar e Meios de Vida Sustentável, Mitigando Mudanças Climáticas e Restaurando Terras em Regiões Secas	GEF - 6
Apoio às Partes Elegíveis para a Produção do Sexto Relatório Nacional à CDB (6NR - LAC-II)	GEF - 6
Implementação do Programa de Ações Estratégicas para Garantir a Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia Amazônica Considerando a Variabilidade e as Mudanças Climáticas	GEF - 6
Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia	GEF - 6
Eliminando o Desmatamento da Cadeia Produtiva da Soja	GEF - 6
Revisão e Atualização do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) no Brasil	GEF - 6
Uso Sustentável, Acessível e Inovador dos Recursos da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional em cadeias de valor fitoterápicas promissoras no Brasil	GEF - 6
Concretizando o Potencial de Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas	GEF - 6
Coordenação de Assistência Técnica AMAZÔNIA	GEF - 6
Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia	GEF - 6
Estratégia Nacional de Conservação de Espécies Ameaçadas (PRÓ-ESPÉCIES)	GEF - 6
Cidades-IAP: Promovendo Cidades Sustentáveis no Brasil por meio do Planejamento Urbano Integrado e Investimento em Tecnologias Inovadoras	GEF - 6
Apoio à Elaboração dos Terceiros Relatórios Nacionais de Biossegurança ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Regiões GRULAC e CEE	GEF - 6
Cidades-IAP: Piloto de Abordagem Integrada de Cidades Sustentáveis (IAP-PROGRAMA)	GEF - 6

Aplicações de Biogás para a Agroindústria Brasileira	GEF - 6
Conhecimento para Ação: Promovendo a Inovação Entre os Fundos Ambientais	GEF - 5
Desenvolvimento da Convenção de Minamata sobre Avaliação Inicial de Mercúrio no Brasil	GEF - 5
Capacitação e Fortalecimento Institucional no Marco Nacional de Acesso e Compartilhamento de Benefícios sob o Protocolo de Nagoya	GEF - 5
Catalisando a Implementação do Programa de Ação Estratégica para o Manejo Sustentável de Recursos Marinhos Vivos Compartilhados nos Grandes Ecossistemas Marinhos da Plataforma do Caribe e do Norte do Brasil (CMLE+)	GEF - 5
Quarta Comunicação Nacional, Relatório Bienal de Atualização para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)	GEF - 5
Revertendo o Processo de Desertificação em Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade (REDESER)	GEF - 5
Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe (REBYC-II LAC)	GEF - 5
Manejo do Uso Sustentável da Terra no Semiárido do Nordeste Brasileiro (Sergipe).	GEF - 5
Aliança para Extinção Zero (AZE): Conservando os Locais mais Insubstituíveis da Terra para Biodiversidade Ameaçada	GEF - 5
Integrando a Conservação da Biodiversidade e o Uso Sustentável na Produção de PFNM e SAF Práticas em Paisagens Florestais de Uso Múltiplo de Alto Valor de Conservação	GEF - 5
Planejamento Nacional da Biodiversidade para Apoiar a Implementação do Plano Estratégico da CDB 2011-2020	GEF - 5
Mobilidade Urbana de Baixo Carbono para Grandes Cidades	GEF - 5
Estabilizando as Emissões de GEE do Transporte Rodoviário Por Meio da Duplicação da Economia de Combustível Global para Veículos: Implementação Regional da Iniciativa Global de Economia de Combustíveis (GFEI)	GEF - 5
Apoio Regional Continuado para o Plano de Monitoramento Global de POPs sob o Acordo de Estocolmo Convenção na Região da América Latina e Caribe	GEF - 5

Estratégia de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF Terrestre	GEF - 5
Serviços de Recuperação e Proteção do Clima e da Biodiversidade na Mata Atlântica do Corredor Sudeste do Brasil	GEF - 5
Produção de Carvão Vegetal Sustentável e Renovável à Base de Biomassa para a Indústria Siderúrgica no Brasil	GEF - 5
Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas	GEF - 5
Quinta Fase Operacional do Programa de Pequenas Doações do GEF no Brasil	GEF - 5
Iniciativa GLOBE Legislador Florestal	GEF - 5
Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores Chave no Brasil	GEF - 4
Programa Áreas Protegidas da Amazônia Fase 2	GEF - 4
Terceira Comunicação Nacional à UNFCCC	GEF - 4
Quarta Fase Operacional do Programa de Pequenas Doações do GEF no Brasil	GEF - 4
Manejo Integrado do Ecossistema da Baía da Ilha Grande	GEF - 4
Integrando Conservação e uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-estar Humano	GEF - 4
Apoio à Implementação do Plano Global de Monitoramento de POPs na América Latina e Estados do Caribe (GRULAC)	GEF - 4
SFM Fortalecendo a Política Nacional e as Estruturas de Conhecimento em Apoio ao Manejo Sustentável dos Recursos Florestais do Brasil	GEF - 4
Melhorando a Capacidade Brasileira de Conservar e Usar a Biodiversidade por meio do Gerenciamento e Uso da Informação	GEF - 4
Quarta Fase Operacional do Programa de Pequenas Doações do GEF no Brasil (RAF1)	GEF - 4
Estabelecimento do Sistema de Gestão e Descarte de Resíduos de PCB	GEF - 4
Manejo Integrado dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco e Zona Costeira	GEF - 4
Transformação do Mercado para Eficiência Energética em Edifícios	GEF - 4

SFM Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação do Ecossistema das Florestas Brasileiras	GEF - 4
Eletricidade Renovável de Cana-de-Açúcar (SUCRE)	GEF - 4
Espírito Santo Biodiversidade e Projeto de Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas	GEF - 4
Conservação Eficaz e Uso Sustentável dos Ecossistemas de Mangue no Brasil	GEF - 4
Rio Grande do Sul Conservação da Biodiversidade	GEF - 4
Manejo Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas Considerando a Variabilidade e as Mudanças Climáticas	GEF - 4
Construindo Parcerias para Ajudar os Países em Desenvolvimento a Minimizar os Impactos da Bioincrustação Aquática (Parcerias GloBallast)	GEF - 4
Conservação e Manejo de Polinizadores para Agricultura Sustentável por Meio de uma Abordagem Ecosistêmica	GEF - 4
Manejo Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata em Relação aos Efeitos da Variabilidade e Mudanças Climáticas	GEF - 4
Manejo Sustentável dos Recursos Marinhos Compartilhados do Grande Ecossistema Marinho do Caribe (CLME) e Regiões Adjacentes	GEF - 4
Projeto de Qualidade do Ar e Transporte Sustentável Regional da ALC	GEF - 3
Autoavaliação Nacional das Necessidades de Capacidade para Necessidades Ambientais Globais (NCSA)	GEF - 3
Fundo CleanTech	GEF - 3
Parque Estadual do Tabuleiro: Conservação da Biodiversidade e Reabilitação de Ecossistemas	GEF - 3
Projeto Nacional de Integração da Biodiversidade e Consolidação Institucional	GEF - 3
América Latina: Capacitação Multinacional para o Cumprimento do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança	GEF - 3
Iniciativa Cerrado Sustentável	GEF - 3
Programa Biodiversidade e Commodities Agrícolas (BACP), Fase 1	GEF - 3

Manejo Sustentável da Terra no Sertão Semiárido	GEF - 3
Conservação da Biodiversidade no Café: Transformando Práticas Produtivas no Setor Cafeeiro pelo Aumento da Demanda do Mercado por Café Sustentável Certificado	GEF - 3
Restauração do Ecossistema de Matas Ciliares em São Paulo	GEF - 3
Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação no Brasil como um Primeiro Passo para Implementar a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	GEF - 3
Esquemas de Certificação Aprimorados para o Manejo Sustentável de Florestas Tropicais	GEF - 3
FC-1: Iniciativa de Financiamento de Células de Combustível para Aplicações de Geração Distribuída (Fase 1)	GEF - 3
Rio Formoso -- Manejo Integrado e Proteção de Bacias Hidrográficas	GEF - 3
Segunda Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC	GEF - 3
Rio de Janeiro Manejo Integrado de Ecossistemas em Paisagens Produtivas do Norte-Noroeste Fluminense	GEF - 3
Projeto de Conservação e Manejo Sustentável da Caatinga	GEF - 3
Desenvolvimento e Implementação de Mecanismos de Disseminação de Lições Aprendidas e Melhores Práticas em Manejo Integrado de Recursos Hídricos Transfronteiriços na América Latina e Caribe	GEF - 3
Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos da Amazônia (AquaBio)	GEF - 3
Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e Bacias Hidrográficas na Caatinga, Fase I	GEF - 3
Conservação e Manejo Sustentável da Biodiversidade Abaixo do Solo, 2a parcela	GEF - 2
Avaliação dos Estoques e Mudanças de Carbono Orgânico do Solo em Escala Nacional	GEF - 2
Construindo Grupos Públicos e Privados mais Amplos para o GEF na América Latina e no Caribe: Promoção regional da proteção global do meio ambiente por meio da mídia eletrônica	GEF - 2
Projeto Paraná Biodiversidade	GEF - 2
Avaliação de Recursos de Energia Solar e Eólica	GEF - 2

The future will be riding green.

Conservação e Manejo Sustentável da Biodiversidade Abaixo do Solo, 1a parcela	GEF - 2
Remoção de Barreiras à Introdução de Tecnologias Mais Limpas de Mineração e Extração de Ouro Artesanal	GEF - 2
Proteção Ambiental e Manejo Integrado Sustentável do Aquífero Guarani	GEF - 2
Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado Brasileiro	GEF - 2
Promovendo a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste de Mato Grosso	GEF - 2
Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)	GEF - 2
Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco	GEF - 2
Programa de Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai	GEF - 2
Um Modelo de Indicador Para Ecossistemas de Terras Secas na América Latina	GEF - 2
Promovendo as Melhores Práticas para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade de Importância Global em Zonas Áridas e Semi-áridas	GEF - 2
Ônibus a Célula de Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano	GEF - 2
Estratégia Nacional de Biodiversidade e Relatório Nacional	GEF - 1

Geração de Energia de Biomassa: Bagaço de Cana e Resíduos	GEF - 1
Atividade de Apoio para Mudanças Climáticas	GEF - 1
Alternativas Globais à Agricultura de Corte e Queima Fase II	GEF - 1
Uma Abordagem Participativa para a Gestão do Meio Ambiente: Um Insumo para a Estratégia Interamericana de Participação (ISP)	GEF - 1
Pessoas, Manejo de Terras e Mudança Ambiental (PLEC)	GEF - 1
Projeto de Eficiência Energética	GEF - 1
Preservando a Biodiversidade e o Valor Socioeconômico dos Ecossistemas de Mangue na América Tropical	Fase Piloto
Alternativas ao corte e queima	Fase Piloto
Monitoramento de Gases de Efeito Estufa, Incluindo Ozônio	Fase Piloto
Projeto Integrado de Gaseificação/Turbina a Gás de Biomassa	Fase Piloto
Estratégia Regional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Amazônia	Fase Piloto
Fundo Brasileiro de Biodiversidade	Fase Piloto
Projeto Nacional de Biodiversidade (PROBIO)	Fase Piloto

O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) reúne fundos dedicados a enfrentar a perda de biodiversidade, mudanças climáticas, poluição e questões de saúde do solo e dos oceanos. Suas doações, financiamento combinado e apoio a políticas públicas ajudam os países em desenvolvimento a abordar suas maiores prioridades ambientais e a aderir a convenções ambientais internacionais. Nas últimas três décadas, o GEF ofereceu mais de US\$ 22 bilhões e foram mobilizados US\$ 120 bilhões em cofinanciamento para mais de 5.000 projetos nacionais e regionais.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

GEF Secretariat
1818 H Street, NW, Mail Stop N8-800
Washington, DC 20433 USA
TEL: (202) 473-0508
FAX: (202) 522-3240/3245
EMAIL: secretariat@thegef.org



www.thegef.org